

A arma da dívida externa

Ao alterar as regras de compra dos títulos da dívida externa, o Ministério da Fazenda e o Banco Central podem não só ter aberto uma *mina de ouro* para o programa de privatização como encontrado um caminho reto para diminuir o peso da dívida interna.

Foi cortado o deságio de 25% que esses títulos tinham ao serem usados na compra de empresas privatizadas; brasileiros passam a poder comprar esses papéis e os estrangeiros que vierem a adquirir empresas nos leilões de desestatização podem usar os títulos da dívida externa pelo valor de face — ou seja, compram por sua cotação internacional e passam a ter seu valor integral. Apenas como exemplo: um CBond de US\$ 100, cotado a 50% de seu valor de face, na privatização valerá US\$ 95.

Em português claro, essa última medida representa uma *mexida* na taxa de câmbio: fica mais barato comprar reais com os títu-

los da dívida externa. Só que nessa estratégia de usar títulos da dívida para irrigar a privatização há uma pedra no caminho: as privatizações atraentes como a da Light e a da Vale deverão, segundo o que está estabelecido pelo Conselho Nacional de Desestatização, ser feitas em dinheiro vivo. Ou seja: o Ministério da Fazenda e o Banco Central, que anteciparam pagamento de garantias da dívida externa exatamente para liberar o uso desses títulos, entregam nas mãos do ministro do Planejamento, José Serra, a decisão de utilizar, ou não, esse instrumento.

As declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, em Nova Iorque, de que o Brasil começará a movimentar esse passivo de dívida externa apontam, também, para outra estratégia: criar um novo patamar de juros para o Brasil com a intenção de captações a taxas mais baixas, diminuindo os custos da dívida interna.